

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Departamento Regional da Bahia (Entidade) é uma Entidade de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e tem por objetivo realizar a aprendizagem industrial, assistir aos empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento, formação profissional de trabalhadores na indústria, conceder bolsas de estudos e cooperar no desenvolvimento tecnológico.

O Decreto nº 6.635, de 05 de novembro de 2008, que alterou o regulamento do SENAI, estabeleceu que 2/3 (dois terços) da receita líquida da contribuição compulsória fosse vinculada para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional para pessoas de baixa renda. Essa vinculação foi feita de forma escalonada, iniciando em 2009 e atingindo o percentual máximo em 2014.

A Entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro. Portanto não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN nº 1.234/2012, artigo 4º, inciso VI.

Em 15/12/2022, a 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado da Bahia, deferiu sentença favorável sobre a imunidade da cota patronal do INSS de 20%, sobre a folha de Pagamento para a Seguridade Social, o GILRAT, bem como para o PIS, incidentes sobre a Folha de Pagamento. A partir da competência dezembro/2022, a entidade não foi mais tributada sobre a folha de pagamento.

Por ter o benefício da imunidade tributária, foi atribuído ao SESI e SENAI o papel de substituto tributário obrigatório, cabendo-lhes proceder à retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, em relação aos serviços tomados.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações contábeis da Entidade são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do SENAI.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Diretoria na sua gestão, tendo autorizado a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 25 de março de 2024.

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: (a) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa e (b) provisão para contingências.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, conversíveis para pagamento de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

2.4 Contas a receber

Referem-se a créditos junto a clientes, decorrentes da prestação de serviços, cursos, consultorias, aluguéis e outros. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre os títulos vencidos quando considerados recuperáveis.

A perda estimada sobre créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores vencidos há mais de 90 (noventa) dias, em montante considerado suficiente pela Diretoria, levando em conta os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5 Receitas a receber - arrecadação

Referem-se a valores a receber da arrecadação compulsória das indústrias filiadas. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

2.6 Depósitos judiciais

Correspondem aos valores depositados em juízo para suportar as discussões relacionadas aos processos trabalhistas, nos quais a Entidade configura como ré.

2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de construção, de aquisição ou custo atribuído (“deemed cost”), deduzido da correspondente depreciação acumulada.

Adoção do custo atribuído

Em 1º de janeiro de 2012, a Entidade adotou o custo atribuído como base de valor e efetuou a revisão da vida útil dos principais itens do ativo imobilizado.

Os valores acrescidos ao ativo imobilizado estão demonstrados a seguir:

Itens	Valor
Terrenos	20.183
Edificações	78.202
Instalações	5.309
Máquinas e Equipamentos	10.183
Total	113.877

O registro do custo atribuído teve como contrapartida a conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e será realizado através da depreciação ou baixa dos ativos.

A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. Os terrenos não são depreciados.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados no mês em que são incorporados ao patrimônio. Quando a incorporação ocorre no curso do mês, os cálculos da depreciação são feitos na proporção dos dias em que o Ativo entrou em atividade, conforme as diretrizes dos Pronunciamentos Contábeis sobre a matéria.

As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Edificações	2,04%
Máquinas e Equipamentos	17,06%
Instalações	4,06%
Veículos	15,08%
Móveis e Utensílios	14,87%
Equipamentos de Informática	24,86%
Outros	13,76%

A Diretoria, tendo avaliado o seu Ativo Imobilizado, para fins da aplicação do Teste de Recuperabilidade, considerando que os bens estão devidamente valorizados, concluiu não ser necessário realizar qualquer provisionamento para perdas nesse período do exercício findo de 2023.

2.8 Intangível

O intangível está representado por gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas até a data do balanço.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Portanto, provisões são as despesas que já são contabilizadas como ocorridas, mesmo que ainda não pagas, sua estimativa será a expectativa do valor a desembolsar ou perda do ativo.

2.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos até a data do balanço.

2.12 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo e, posteriormente, pelo custo amortizado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, receitas a receber-arrecadação, departamento nacional - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado são: Contas a receber de clientes e departamento conta movimento.

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis (principal e juros), não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no momento do seu reconhecimento inicial, a valor justo. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, departamento nacional - conta movimento, sistema indústria - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

2.13 Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os gastos referentes a convênios e acordos são reconhecidos pelo regime de competência na medida em que os serviços são prestados. Os passivos relativos a convênios e acordos são reconhecidos à medida que recursos são recebidos pela Entidade sem que os respectivos serviços aos quais se destinam tenham sido realizados. Após realizados os serviços, os passivos são transferidos para o resultado, a título de receitas de convênios.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	13	-
Bancos conta movimento	810	1.417
Aplicações financeiras	<u>162.512</u>	<u>122.486</u>
Sub-Total	<u>163.335</u>	<u>123.903</u>
Bancos conta movimento - convênios e acordos	5.390	4.223
Aplicações financeiras - convênios e acordos	<u>718.403</u>	<u>388.959</u>
Sub-Total	<u>723.793</u>	<u>393.182</u>
Total	<u>887.128</u>	<u>517.085</u>

Os recursos de convênios e acordos, são vinculados a aplicação em projetos e convênios, firmados com entidades públicas e privadas. Os rendimentos das aplicações destes recursos são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras foram remuneradas com taxas entre 100,34% (31/12/2022 - 96% e 101%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CONTAS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
Clientes	42.336	35.363
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.228)</u>	<u>(13.173)</u>
Total	<u>29.108</u>	<u>22.190</u>

Contas a receber são valores que ainda não ingressaram o caixa da Entidade, possuem previsão de recebimento e são realizáveis no decorrer do exercício seguinte à data do balanço, portanto, compõem o Ativo Circulante.

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

5. DEPARTAMENTO CONTA MOVIMENTO

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Ativo</u>		
Departamento Nacional - outros reembolsos	6.145	3.303
Departamentos Regionais	<u>11</u>	<u>11</u>
Total	<u>6.156</u>	<u>3.314</u>
<u>Passivo</u>		
Departamento Nacional – arrecadação	2.743	2.707
Departamentos Regionais	<u>101</u>	<u>42</u>
Total	<u>2.844</u>	<u>2.749</u>

Estas rubricas referem-se a registros das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma Entidade.

6. RECEITAS A RECEBER - ARRECADAÇÃO

As receitas da arrecadação direta, recolhidas diretamente junto às indústrias filiadas, e indireta, repassadas pelo Departamento Nacional, são registradas por estimativa, em regime de competência, tomando por base os valores orçados no mês, ajustando-a no mês subsequente quando do efetivo recebimento, uma vez que não se conhece os valores efetivamente realizados no mês do registro.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Arrecadação direta	5.783	4.863
Arrecadação indireta	7.695	6.573
Apropriação s/13º salário – arrecadação direta	-	-
Apropriação s/13º salário - arrecadação indireta	6.081	4.878
Total	<u>19.559</u>	<u>16.314</u>

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	VALOR HISTÓRICO					DEPRECIÇÃO				LIQUIDO
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	TRANSFERENCIAS	BAIXAS	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	BAIXA	SALDO FINAL	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	87.544	8.430	46	(3.118)	92.902	(62.201)	(4.588)	3.010	(63.779)	29.123
VEICULOS	7.386	147	-	-	7.533	(6.327)	(372)	-	(6.699)	834
EQUIP. MED.ODONTO.E LABORATORIO	3.576	44	-	(7)	3.613	(1.842)	(215)	7	(2.050)	1.563
MOBILIARIO EM GERAL	5.057	929	27	(235)	5.778	(3.424)	(215)	218	(3.421)	2.357
BIBLIOTECA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTRUMENTOS MUSICAIS	1	-	-	-	1	(1)	-	-	(1)	-
EQUIPAMENTO ESPORTIVOS, ARTISTICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTO DE COMUNICACAO	1.639	40	-	(2)	1.677	(1.065)	(128)	1	(1.192)	485
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	67.320	6.660	1.100	(1.688)	73.392	(52.577)	(4.354)	1.550	(55.381)	18.011
OUTROS BENS MÓVEIS	3.557	1.494	62	(53)	5.060	(779)	(332)	55	(1.056)	4.004
TOTAIS DE BENS MÓVEIS	176.080	17.744	1.235	(5.103)	189.956	(128.216)	(10.204)	4.841	(133.579)	56.377
TERRENOS	50.002	-	-	-	50.002	-	-	-	-	50.002
PREDIOS	325.634	-	-	-	325.634	(51.889)	(6.637)	-	(58.526)	267.108
INSTALACOES	20.450	4.048	7	-	24.505	(4.633)	(594)	1	(5.226)	19.279
BENFEITORIAS IMOVEIS TERCEIROS	647	1.380	-	-	2.027	(66)	(51)	-	(117)	1.910
CONSTRUCOES EM ANDAMENTO (a)	49.579	11.310	17	-	60.906	-	-	-	-	60.906
TOTAIS DE BENS IMÓVEIS	446.312	16.738	24	-	463.074	(56.588)	(7.282)	1	(63.869)	399.205
DIREITO USO LINHAS TELEFONICAS	9	-	-	-	9	-	-	-	-	9
DIREITO DE USO DE SOFTWARE	15.514	530	524	-	16.568	(7.952)	(1.809)	-	(9.761)	6.807
MARCAS E PATENTES	65	-	-	-	65	-	-	-	-	65
TOTAIS DE BENS INTANGÍVEIS	15.588	530	524	-	16.642	(7.952)	(1.809)	-	(9.761)	6.881
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	25	1.086	(24)	-	1.087	-	-	-	-	1.087
BENS MÓVEIS EM ANDAMENTO	1.979	3.355	(1.235)	(86)	4.013	-	-	-	-	4.013
BENS INTANGÍVEIS EM ANDAMENTO	2.501	1.087	(524)	-	3.064	-	-	-	-	3.064
TOTAIS DE IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	4.505	5.528	(1.783)	(86)	8.164	-	-	-	-	8.164
TOTAIS	642.485	40.540	-	(5.189)	677.836	(192.756)	(19.295)	4.842	(207.209)	470.627

8. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	13.756	9.531
Fornecedores de ativo fixo processos em andamento (a)	8.163	4504
Total	21.919	14.035

(a) Refere-se às imobilizações em andamento cujos contratos já estavam formalizados junto aos fornecedores.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
BNDES – Programa SENAI – Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira (a)	76.991	89.419
Departamento Nacional - Projeto Implantação CIMATEC Park - 2ª Fase	-	17.273
Financiamento – Arrendamento Mercantil	3.320	4.648
Total	80.311	111.340
Circulante	14.852	20.121
Não circulante	65.459	91.219
Total	80.311	111.340

(a) Financiamento do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira

Refere-se ao financiamento do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, também com o BNDES, no montante de R\$ 129.846, intermediado pelo Departamento Nacional do SENAI.

Sobre o saldo devedor incide juros de 1,4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o período de carência fixado em 36 (trinta e seis) meses, e mensalmente, durante o período de amortização do principal.

A responsabilidade integral pelo pagamento do empréstimo, juros e amortização, é do SENAI – Departamento Regional da Bahia, cabendo ao Departamento Nacional subsidiar, quando da liquidação de cada parcela, o montante equivalente a 51%, conforme Resoluções nº 515/2011 e nº 38/2016 do Conselho Nacional do SENAI.

Covenants

Abaixo relacionamos os principais fatos que podem causar vencimento antecipado da dívida relacionada ao financiamento do programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, firmado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (Departamento Nacional) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

- Redução do quadro de pessoal do Departamento Nacional do SENAI durante a vigência do contrato sem atendimento ao disposto do inciso IV da Cláusula 10 do contrato de financiamento, descrito abaixo:

“...na hipótese de ocorrer redução do quadro de pessoal, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão.”

- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pelo Departamento Nacional do SENAI ou por dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente.
- A constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de gravame sobre o(s) direito(s) a serem dado(s) em garantia ao BNDES pelo Departamento Nacional do SENAI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria da Entidade entende que cumpriu todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos.

Garantias

- A totalidade dos direitos creditórios sobre as receitas do Departamento Nacional do SENAI oriundas da contribuição adicional de que trata o artigo 6º, Decreto-lei nº 4.048/42, prevista no artigo 53 do Regimento Interno do SENAI (Decreto nº 494/62 e alterações posteriores);
- Os direitos creditórios sobre as receitas do Departamento Nacional do SENAI oriundas do percentual da parcela da Contribuição Geral (artigo 4º, do Decreto-lei nº 4.048/42, conforme alterado) estabelecido no artigo 51 do citado Regimento Interno do SENAI, na sua alínea “a”; e

- Os direitos creditórios detidos pelo Departamento Nacional do SENAI contra a instituição financeira (“Banco depositário”) indicada pelo Departamento Nacional do SENAI e aprovada pelo BNDES, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes de titularidade dos Beneficiários, quais, sejam, “Conta vinculada” e “Conta reserva”, destinadas a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos mencionados dos incisos I e II acima.

10. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Provisões para férias, 13º Salário e encargos	20.074	15.939
INSS sobre salários	1.045	772
INSS retido de terceiros	664	382
FGTS	1.581	1.202
Outros	872	4
Total	24.236	18.299

11. FATURAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUTURO

Correspondem aos pagamentos antecipados de clientes por serviços educacionais a serem prestados, os quais serão apropriados para a receita de serviços de acordo com a carga horária realizada. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possuía obrigações por prestação de serviço futuro no montante de R\$ 3.372 (31/12/2022 - R\$ 3.552).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas, ajustadas e atualizadas até a data do balanço para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Diretoria da Entidade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda e entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, conforme segue:

	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas (a)	7.177	5.843	13.020
Administrativas e cíveis (b)	3.714	1.081	4.795
Fiscais	<u>1</u>	<u>70</u>	<u>71</u>
Total em 31/12/20223	<u>10.892</u>	<u>6.994</u>	<u>17.886</u>
Trabalhistas	539	5.692	6.231
Administrativas e cíveis	<u>6.631</u>	<u>1.726</u>	<u>8.357</u>
Total em 31/12/2022	<u>7.170</u>	<u>7.418</u>	<u>14.588</u>

(a) Referem-se às ações em que a Entidade figura como parte no processo, litigando, na sua maioria, com ex-empregados próprios e ex-empregados de seus prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária). Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Diretoria mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 5.843 (31/12/2022 - R\$ 5.692).

(b) Referem-se às ações indenizatórias por danos morais, materiais e lucros cessantes ocasionadas por acidente de trânsito e por acidente ocorrido com aluno durante a aula. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Diretoria mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 1.081 (31/12/2022 - R\$ 1.726).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social é composto pelo histórico dos superávits acumulados ao longo dos exercícios.

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial abriga o saldo do Custo Atribuído a realizar, em virtude da adoção da mais valia de imóveis, originado no Teste de Recuperabilidade de Ativos, por ocasião da Adoção às Normas Internacionais de Contabilidade em 2012.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Patrimônio Líquido	<u>583.654</u>	<u>501.255</u>
Patrimônio Social Acumulado	421.129	335.954
Superávit do Exercício	82.399	83.186
Ajuste de Avaliação Patrimonial	80.126	82.115

14. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano de Benefícios PREVIND concebido em 1987 para seus empregados, no modelo “benefício definido” vigorou até março/2001, quando foi implantado o novo Plano PLANPREV na modalidade “contribuição definida”. Os participantes do PREVIND que não migraram para o PLANPREV permaneceram contribuindo para o plano.

Atualmente, o PREVIND é um Plano de Benefício Definido que se encontra fechado para entrada de novos participantes, não recebe mais contribuições nem dos participantes nem dos patrocinadores, todos os participantes estão aposentados recebendo benefício de aposentadoria e existem, também, beneficiários de participantes falecidos recebendo pensão por morte.

Os Benefícios pagos pelo PREVIND, são: complementação da aposentadoria por tempo de serviço; complementação da aposentadoria por idade; complementação da aposentadoria por invalidez permanente; complementação da pensão por morte; complementação do auxílio-doença; complementação do auxílio reclusão; auxílio natalidade; auxílio funeral; pecúlio por invalidez; pecúlio por morte e abono anual.

O passivo do Plano de Previdência está no montante de R\$ 33.049, na data base 31/12/2023.

As contribuições ao PLANPREV efetuadas pela Entidade até 31 de dezembro de 2023, foram de R\$ 2.002 (31/12/2022 – R\$ 1.646), conforme plano de benefícios estabelecido.

A Avaliação Atuarial para os planos PREVIND e PLANPREV, referente à data-base de 31 de dezembro de 2023, foi realizada pela Bemate HR Innovated., em 31 de janeiro de 2024, apresentando Equilíbrio Técnico.

O Parecer de Avaliação Atuarial do PLANPREV demonstrou o Fundo Previdencial de Resíduo de Resgate, constituído por parcelas do patrocinador não resgatadas pelos participantes que se desligaram do plano, em decorrência do término do vínculo empregatício com a patrocinadora, e que não haviam atingido as condições de elegibilidade para qualquer benefício do plano, optando pelo resgate de suas contribuições. De acordo com o relatório atuarial, o referido Fundo Previdencial apresentou, em 31 de dezembro de 2023, saldo de R\$ 356.

15. SEGUROS

Os bens estão segurados por valores que a Diretoria considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Entidade, está demonstrada a seguir:

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Equipamentos eletrônicos	23/09/23 a 23/09/24	500
Alagamento	23/09/23 a 23/09/24	1.000
Danos elétricos	23/09/23 a 23/09/24	300
Fidelidade	23/09/23 a 23/09/24	100
Roubo de bens	23/09/23 a 23/09/24	500
Roubo de valores	23/09/23 a 23/09/24	50
Roubo de valores em mãos de portadores	23/09/23 a 23/09/24	50
Responsabilidade civil de danos materiais	23/09/23 a 23/09/24	350.434
Bens de Terceiros em poder do segurado	23/09/23 a 23/09/24	41.000
Tumulto	23/09/23 a 23/09/24	1.000
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves	23/09/23 a 23/09/24	1.000
Riscos diversos	23/09/23 a 23/09/24	700
Equipamentos portáteis	23/09/23 a 23/09/24	300
Bens do segurado em poder de terceiros	23/09/23 a 23/09/24	1.500

Os seguros são contratados pela Entidade conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

16. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2023	31.12.2022
Arrecadação Direta	50.160	47.338
Arrecadação Indireta	80.453	66.786
	130.613	114.124

17. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Serviços Educacionais	130.220	127.853
Serviços de Consultoria e Assistência Técnica	10.705	8.503
Serviços Tecnológicos	17.137	13.346
Serviços Laboratoriais	9.937	8.593
Serviços de Saúde	1,00	267
Acesso a Banco de Dados	-	5
Total	<u>168.000</u>	<u>158.567</u>

18. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recuperação de despesas	1.865	46.121
Multas e juros de mora	555	392
Outros	877	1.020
Total	<u>3.297</u>	<u>47.533</u>

19. GERENCIAMENTO DE RISCO

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas de forma a identificar e analisar os riscos relevantes enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. A Entidade, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Diretoria da Entidade coordena o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações por meio de relatórios internos.

Os principais riscos a que a Entidade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o SENAI irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do SENAI na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do SENAI.

O Risco de perda da arrecadação compulsória, componente da liquidez, surge da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em redução da arrecadação compulsória.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o SENAI incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente, basicamente, das contas a receber de clientes e bancos.

- Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do SENAI a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

- Caixa e equivalentes de caixa

O SENAI detinha caixa e equivalentes de caixa na ordem de R\$ 887.128 mil em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 517.085 mil em 31 de dezembro de 2022. Os recursos mantidos em bancos são realizados em instituições financeiras de primeira linha com alta liquidez.

As aplicações financeiras de curto prazo são conservadoras e realizadas, em sua grande maioria, em Certificado de Depósito Bancário - CDB de resgate imediato e sem perdas para o SENAI.

São realizadas aplicações em caderneta de poupança, por exigência legal de um determinado convênio ou por motivo de retenção de caução de contrato de prestação de serviço de terceiros.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos do SENAI e o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Os riscos e as análises são conduzidos dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Entidade em 31 de dezembro de 2023 equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado naquela data e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas sobre ativos e passivos financeiros são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Entidade não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A direção da Entidade avaliou que não houve fatos relevantes ocorridos entre a data final do período destas demonstrações contábeis e a data na qual foi autorizada a sua emissão.

* * * * *

SARA SANTOS SANTANA
Gerente de Processo - Controladoria e Compliance
CRC BA-018089/O-5

EVANDRO MINUCE MAZO
Diretor Regional



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: STAYT-XZ5QJ-CDCCJ-J3FAK

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ SARA SANTOS SANTANA - Signatário (CPF ***.728.875-**) em 27/03/2024
17:42 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ EVANDRO MINUCE MAZO - Signatário (CPF ***.618.078-**) em 27/03/2024
17:47 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portaldeassinaturas.fieb.org.br/validate/STAYT-XZ5QJ-CDCCJ-J3FAK>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portaldeassinaturas.fieb.org.br/validate>